

AGRICULTURA FAMILIAR EM CONTEXTO DE MUDANÇAS NA AGRICULTURA BRASILEIRA: ASPECTOS DA PRODUÇÃO LEITEIRA NA MICRORREGIÃO DE TOLEDO-PR

Luiz Carlos Dias

Graduação em Ciências Econômicas. Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio. Doutorando em Desenvolvimento Rural Sustentável na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, Campus de Marechal Cândido Rondon. Atualmente é professor na Universidade Federal do Paraná – UFPR, Setor Palotina.

E-mail: lcdias@ufpr.br

Clério Plein

Graduação em Economia Doméstica. Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente é professor do curso de pós-graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, Campus de Marechal Cândido Rondon.

E-mail: clerioplein@gmail.com

Resumo

A partir deste ensaio buscou-se contribuições teóricas com intuito de compreender a evolução da agricultura brasileira e o espaço da agricultura familiar neste contexto. Assim, resgatou-se a noção de desenvolvimento rural e suas diferentes abordagens na atualidade, bem como, discute-se teorias relacionadas a um mesmo grupo social residente no espaço rural e que são proprietários de pequenas propriedades. Como principais apontamentos cita-se que o desenvolvimento rural brasileiro deve ser compreendido em suas diversas relações e que a agricultura familiar contempla uma multiplicidade de categorias e grupos sociais, assim, para melhor entendê-la torna-se necessário considerar os aspectos econômicos, sua identidade social, a sua relação com o meio ambiente e sua integração com os mercados. O estudo mostra que a agricultura familiar da Microrregião de Toledo tem forte tradição na produção leiteira, está inserida no mercado quando se trata da aquisição dos insumos e comercialização da produção, no entanto, sugere-se novos apontamentos para compreender se os objetivos desta produção estão na extração de renda ou apenas sobrevivência do produtor.

Palavras-chave: Desenvolvimento Rural. Mercados. Sustentabilidade.

Abstract

From this essay sought theoretical contributions were sought in order to understand the evolution of Brazilian agriculture and the family agriculture area in this context. Thus, the current notion of rural development and its different approaches has been rescued, as well as, theories related to the same social group residing in the rural space and who own small properties are discussed. As main points, it is mentioned that the Brazilian rural development must be understood in its diverse considerations and that family agriculture contemplates a multiplicity of categories and social groups and, for better understanding it becomes necessary to consider the economic aspects, its social identity, its relationship with the environment and its integration with the markets. The study shows that the family agriculture of the Toledo Microregion has a strong tradition in milk production, is inserted in the market when it comes to the acquisition of inputs and commercialization of the production, however, it is suggested new notes to understand if the objectives of this production is in the extraction of income or just survival of the producer.

Keywords: Rural Development. Commodification. Sustainability.

1 INTRODUÇÃO

Quando se fala em agricultura no Brasil, a atenção é voltada para produção e produtividade, temas como diferenciação social, descentralização de mão de obra do rural para o urbano, agricultura camponesa, agro industrialização, agricultura familiar empresarial, dentre outros, são considerados esclarecidos por muitos analistas, no entanto, continuam presentes na literatura com diferentes abordagens, diferentes perspectivas e com muitas questões a serem resolvidas.

Assim, entende-se que na agricultura de grande escala a relação do que se produzir e quanto produzir não se traduzem como problemas, pois se no passado os fatores de produção eram fartos (mão de obra escrava e terra), bem como o produto e o mercado estabelecidos, na atualidade de certa forma segue-se o mesmo rito, guardadas suas proporções, percebe-se uma troca da mão de obra por recursos tecnológicos que leva a uma intensidade na utilização da terra, já, a produção continua sendo determinada pelo mercado externo.

Por outro lado, as questões relacionadas às transformações nas relações de produção, ou seja, como produzir, de que forma se produz e como será a distribuição dos recursos produzidos, chamado por Graziano da Silva (1996) de “questão agrária” ainda requer entendimento na forma que está sendo conduzida para que se possa procurar estabelecer uma nova condição para o futuro.

Verificando o processo histórico desigual pelo qual passou a agricultura brasileira, procura-se neste texto discutir essas mudanças e sua relação com a agricultura familiar¹, para tanto, o trabalho além da introdução e das considerações finais está estruturado em três partes. Na primeira será abordado o desenvolvimento rural e suas contextualizações, procurando evidenciar que aumentos na produção e produtividade isolados não são suficientes para resolver os todos os problemas do campo, bem como, na atualidade, a produção sustentável e a importância dada ao local de vida das pessoas são cada vez mais presentes. Na segunda será discutida a agricultura familiar no Brasil sobre a ótica de agricultura camponesa e agricultura familiar empresarial. Na terceira parte trata-se a conjectura da produção leiteira no Oeste do Paraná pela agricultura familiar, ou seja, busca-se visualizar as relações de produção de um produto que teve sua pauta produtiva mudada nos últimos anos pela intensidade tecnológica em uma região reconhecida pela atuação de pequenas propriedades.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 AS DIFERENTES ABORDAGENS SOBRE DESENVOLVIMENTO RURAL

A necessidade de verificação das abordagens sobre desenvolvimento rural se dá devido a diferentes expressões sendo utilizadas, onde muitas vezes não deriva do verdadeiro significado que se deseja-se discutir. Visto que no Brasil, não raras políticas públicas foram adotadas com a bandeira de melhoria das condições de produção e vida do trabalhador rural, mas, tiveram efeitos somente de cunho

¹ A agricultura familiar foi definida considerando a Lei 11.326 de 24 de julho de 2006 que estabelece os seguintes critérios: a área da unidade de produção não excede quatro módulos fiscais; a mão-de-obra utilizada nas atividades produtivas é predominantemente da própria família; a renda da família é basicamente originada das atividades da própria unidade de produção; o estabelecimento é dirigido pela família (FRANÇA *et al.*, 2009).

produtivo. Dentro deste contexto, como forma de embasamento para o estudo, elencou-se o desenvolvimento agrícola, desenvolvimento agrário, desenvolvimento rural, desenvolvimento rural sustentável e desenvolvimento local.

O desenvolvimento agrícola ou agropecuário está relacionado às condições próprias da produção, ou seja, refere-se à base material da produção agropecuária, suas variáveis e evolução, como por exemplo, área plantada, produtividade, formatos tecnológicos, economicidade, uso do trabalho como fator de produção, entre outros, assim verifica-se as características de uma produção em uma localidade, bem como identifica-se suas tendências num determinado período (NAVARRO, 2001).

Para Graziano da Silva (1996), a questão agrícola está relacionada aos aspectos ligados às mudanças na produção em si, ou seja, o que se produz, onde se produz e quanto se produz. As variáveis importantes são as quantidades e os preços dos bens produzidos.

Neste contexto, nos anos 1960 e 1970 foram marcados pela modernização da agricultura brasileira que cumpriu o objetivo de ampliar a produtividade agrícola. Na década de 1980 este processo permaneceu, porém, num ritmo bem mais lento, Graziano da Silva (1999), destaca que esse ritmo menor foi devido à recessão da economia brasileira verificada a partir do final dos anos 1970, redução da disponibilidade de crédito para investimento agropecuário, bem como, eliminação das taxas de juros reais negativas.

Já, a partir da década de 1980 consolidou-se o processo agricultura-indústria, desde então não se pôde mais falar do setor agrícola separadamente, as respostas do que se produzir, onde se produz e quanto se produz passou a ser ditada pelo mercado, neste sentido, a industrialização da agricultura envolve a ideia de que a produção agrícola seja apenas um elo dentro de uma grande empresa, ou seja, recebe determinados insumos e produz matéria-prima para outros setores (KAGEYAMA *et al.*, 1990).

A segunda abordagem refere-se ao desenvolvimento agrário, sua base de análise está relacionada às transformações nas relações de produção, ou seja, como se produz e de que forma se produz, assim as principais variáveis da questão agrária se dá pela maneira como se organiza o trabalho e a produção, o nível de renda e emprego dos trabalhadores rurais, a produtividade das pessoas ocupadas no campo, entre outras (GRAZIANO DA SILVA, 1996).

Assim sendo, o desenvolvimento agrícola está inteiramente ligado ao agrário, é possível verificar que crises agrícolas e crises agrárias muitas vezes ocorrem simultaneamente, no entanto, esta relação nem sempre é necessária, ou mesmo, a forma que se procura resolver a questão agrícola pode agravar a questão agrária.

Conforme ressaltado por Graziano da Silva (1996), na década de 1960 argumentava-se que a agricultura brasileira representava um empecilho à industrialização do país, devido seu relativo atraso não seria capaz de fornecer matéria prima à indústria nascente, não teria escala para produzir alimentos para população urbana crescente, bem como, concentrava grande parte da mão de obra.

Nesta consideração, a rápida industrialização iniciada nos anos 1970 agravou a situação econômica e social de grande parte da população, verificou-se que a modernização agrícola criou incoerências favorecendo algumas regiões do país, sobretudo Centro-Sul, e alguns produtos, principalmente os destinados à exportação. Passada essa fase, a dinâmica observada enfatizou que em momentos

de euforia econômica pouco se falava sobre os problemas agrários, pois acreditava-se que o crescimento produtivo da agricultura nacional resolveria todos os problemas, no entanto, em momentos de crise agrícola devido a intempéries ou baixa de preços essa questão voltava à tona.

Na década de 1980, iniciou processo de abertura política e ressurgimento de movimentos sociais no campo, assim, o debate sobre o desenvolvimento agrário volta a ser discutido de forma mais aprofundada (PAULILLO, 1997).

Neste tocante, uma reforma agrária ampla sempre foi vista por grande parte dos analistas como necessária para resolver os problemas agrários no Brasil, até a década de 1960 centrava-se as discussões para uma melhor distribuição de renda, absorção dos trabalhadores rurais no campo, fortalecimento do pequeno produtor, entre outros, na atualidade essa discussão trata da natureza e das características da reforma agrária.

Neste contexto, Navarro (2001), aponta a necessidade de reforma agrária apenas para o Nordeste, onde se verifica uma urgência maior em termos de pobreza material e baixas condições de vida, bem como, teria um importante papel para eliminar os mecanismos de dominação política que seguramente leva ao atraso daquela Região, quanto às demais regiões deve-se verificar as demandas pontuais, bem como, corrigir políticas públicas que correspondam às especificidades de cada região.

Para Veiga (1994), há necessidade de uma reforma agrária ampla, principalmente pela importância que a pequena produção familiar pode ter no desenvolvimento brasileiro, podendo apresentar aumento na produção agrícola e uma maior e melhor distribuição de renda, assim, esta necessidade não corresponde somente por razões de ordem social ou política.

De acordo com Graziano da Silva (1999), a reforma agrária do ponto de vista do desenvolvimento capitalista e das forças produtivas no campo não é mais uma necessidade, revela ser uma reivindicação apenas dos trabalhadores rurais que não possuem força política para essa realização, assim, sua preocupação centra-se no processo de degradação social do trabalhador rural.

Na consideração de Stédile (2004), deve haver uma reforma agrária geral com caráter socialista, contemplando descentralização da propriedade, nova organização da agricultura, bem como, organização dos meios de produção, ou seja, precisa abranger a propriedade coletiva de todos meios de produção que afetem a agricultura e considerar os direitos mínimos do cidadão.

A terceira questão de análise se trata do desenvolvimento rural. Neste aporte analítico verifica-se ações organizadas e articuladas com intuito de induzir mudanças em determinado ambiente rural. O esforço se faz pelo Estado em suas diversas instâncias para propor ou impor mecanismos que atuem sob estratégias definidas através de metas, metodologias e operacionalização que respondam a projetos e ações (NAVARRO, 2001). Assim, as análises centram-se sobre programas já realizados pelo Estado, verificando se os resultados alcançados responderam com o que era esperado, e a partir daí busca-se implementar estratégias para o futuro.

A quarta expressão procura identificar o desenvolvimento rural sustentável. As questões relacionadas a esta temática surgiram com o nome de ecodesenvolvimento no início da década de 1970 e buscava visualizar as consequências do crescimento econômico ao meio ambiente. Este conceito emerge como uma proposição conciliadora, reconhecendo que o progresso técnico pode

ajudar na maximização da produção ou determinando novas formas de produção, mas não elimina os limites ambientais, bem como, o crescimento econômico é condição para eliminação da pobreza e disparidades sociais, mas não é suficiente (SACHS, 1995).

Desse modo, as preocupações com a degradação do meio rural passaram a ser vistas em escala global, sobretudo pelas seguintes causas de insustentabilidade: degradação do solo, disponibilidade limitada de água, esgotamento de outros recursos naturais, pobreza rural, crescimento intenso da população, diminuição da força de trabalho agrícola (FAO, 1994 *in* GIORDANO, 2000).

O termo desenvolvimento sustentável, propriamente dito, passou a ser discutido a partir de um documento formulado pela World Conservation Union, no qual determina que para haver desenvolvimento sustentável é necessário analisar aspectos referente às dimensões sociais e ecológicas, não deixando de ser considerado os aspectos econômicos dos recursos vivos e não vivos, bem como ações alternativas de curto e longo prazo (BELLEN, 2002).

Neste contexto, tem-se por base o reconhecimento da inadequada formulação econômica, social, ambiental e institucional que a sociedade experimenta na atualidade, ou seja, “insustentabilidade”. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), a definição de agricultura e desenvolvimento rural sustentável estabelecida pela *Food and Agriculture Organization* (FAO) remete a:

O manejo e a conservação da base de recursos naturais e a orientação da mudança tecnológica e institucional, de maneira a assegurar a obtenção e a satisfação contínua das necessidades humanas para as gerações presentes e futuras. Tal desenvolvimento sustentável (na agricultura, na exploração florestal, na pesca) resulta na conservação do solo, da água e dos recursos genéticos animais e vegetais, além de não degradar o ambiente, ser tecnicamente apropriado, economicamente viável e socialmente aceito (FAO, 1994 *in* GIORDANO, 2000, p. 263-264).

Assim, o abandono do modelo atual em prol a uma agricultura sustentável requer além de preocupações econômicas, sociais e ambientais a adoção de diretrizes institucionais importantes, ou seja, políticas públicas (agrícolas e agrárias), mercado e preços justos, incentivos econômicos, desenvolvimento de recursos humanos e organização social (STOFFEL, 2014).

A quinta expressão refere-se ao desenvolvimento local, que segundo Navarro (2001), tal consideração tornou-se cada vez mais evidente devido a duas grandes mudanças. A primeira relacionada a preocupação quanto a ações locais procurando contrapor os efeitos da globalização e a segunda está relacionada aos processos de descentralização em curso. A ideia é a transferência de responsabilidades de Estados antes centralizados, valorizando o local (região ou município) a partir de iniciativas governamentais ou não.

Neste sentido, Boisier (2006), destaca que o interesse sobre o desenvolvimento territorial envolve questões de ordem macro e de ordem micro. Na perspectiva macro as tendências políticas e econômicas passaram a ser vistas de forma global, assim, quanto mais as decisões forem tomadas de forma descentralizadas maximizando a utilização de recursos de cada região maiores as condições de um país atuar competitivamente. Na perspectiva micro, considera-se a importância do local na realização de projetos de vida da própria população, assim,

quanto maior a gama de oferta de oportunidades o local de origem das pessoas oferecer, menor a necessidade de migração desta população (BOISIER, 2006).

2.2 AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL: DO MODELO DE PRODUÇÃO CAMPONÊS AO MODELO EMPRESA

Procura-se descrever neste tópico a trajetória de discussões e teorias que estão relacionadas a um mesmo grupo social que são proprietários de pequenas propriedades e residem no espaço rural, mas que diferem nas suas formas de produzir, na utilização dos recursos de produção e destinação do produto final, desta forma, não podem ser classificados como homogêneos.

O início da colonização do território brasileiro se deu através da doação de grandes extensões de terra a particulares, denominadas sesmarias. A finalidade básica era produzir para exportar e o produto mudava de acordo com os interesses de Portugal, primeiro foi o açúcar e no fim da escravidão o café (GRAZIANO DA SILVA, 1996).

O latifúndio escravista era o eixo da atividade econômica da colônia, portanto, existia duas classes sociais básicas, os senhores e os escravos. No entanto, em torno dessas classes havia uma massa de pessoas que desempenhavam diferentes atividades, como por exemplo os escreventes, contadores, capatazes, pequenos comerciantes e outros ainda eram agricultores que ocupavam pequenos espaços de terra onde produziam para sua subsistência e vendiam o excedente, dando origem à pequena produção no Brasil e sua estreita ligação com a produção de alimentos (GRAZIANO DA SILVA, 1996).

De acordo com Germer (1996), até o início da década de 1970 o pensamento crítico sobre a questão agrária foi calcado no enfoque teórico marxista e a partir daí passou-se a verificar teorias baseadas na chamada produção do tipo familiar moderna que tinham por base a utilização de insumos de alta tecnologia, bem como, eram totalmente integradas ao mercado. Assim, nesta configuração, destacam-se duas principais correntes; a primeira de Chayanov (1974), que visualizava a agricultura familiar como um espaço de produção guiado por uma lógica própria que seria capaz de resistir a transformação capitalista, denominada de camponesa e a segunda de tradição originada nos Estados Unidos, denominada de empresarial, onde o produtor seria encaminhado pela lógica capitalista de forma que a produção acompanha a evolução tecnológica e financeira.

Neste sentido, o direcionamento teórico da agricultura brasileira em torno do conceito de pequena produção verificado no período mais recente pode estar associado às mudanças políticas do Brasil que levou a desarticulação de vários grupos e movimentos organizados que tinham como bandeira a luta pela desconcentração da terra e garantia dos direitos dos trabalhadores rurais, bem como, a adequação de um modelo de desenvolvimento direcionado por políticas de cunho modernizante. Assim, o conceito de pequena produção passa a carregar a intenção de despolitização que o conceito de campesinato trazia com maior ênfase (PORTO; SIQUEIRA, 1994).

Conforme destaca Abramovay (1992), na consideração de Chayanov (1974), a característica constitutiva do campesinato é a fusão entre a unidade de produção e a de consumo, assim, é em torno da família que os modelos de equilíbrio camponês operam.

Para Abramovay (1992), quando se falar em campesinato, a referência estará numa pequena comunidade cuja reprodução material responde a um conjunto de regras onde as ligações pessoais são determinantes. No entanto, o campesinato não se caracteriza pela sua organização social, mas pela forma como se insere na sociedade global através de laços econômicos particulares, ou seja, há uma flexibilidade entre consumo e venda em função da ocasião, no entanto, não significa independência e soberania econômica. Por outro lado, o modo de produção guiado unicamente pelo mercado influencia na determinação do trabalho social, descaracteriza a reciprocidade e os laços sociais são incompatíveis com as sociedades camponesas.

Para Schneider (2016), há um distanciamento teórico entre pequena produção, agricultura familiar e campesinato que precisa ficar evidenciado. De forma geral, esses três termos se referem a uma mesma categoria social, no entanto, as denominações diferem conforme as regiões e/ou países, como por exemplo no Sul do Brasil os agricultores familiares são chamados de colonos, já no Nordeste são chamados de sitiantes.

Assim, Lamarche (1993), visualiza agricultura familiar como a unidade de produção agrícola onde a propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família, persiste a transmissão do patrimônio e reprodução da exploração. Pequena produção na consideração de Schneider (2016), se refere à escala que possui um determinado produtor (embora, pequeno produtor não necessariamente seja um produtor agrícola ou que vive no rural), assim pequeno produtor se refere a escala de produção não importando se para autoconsumo ou para venda, já o campesinato pressupõe uma comunidade rural e um modo de vida relativamente autônomo em relação às cidades e aos mercados.

Neste contexto, o pequeno produtor rural tem a disposição um limitado pedaço de terra, no entanto, essa condição não pode ser relacionada a ineficiência, bem como, a pobreza rural também não se explica somente pelo tamanho da propriedade, embora muito presente nesta configuração.

Com intuito de classificar as configurações de agricultura familiar, Lamarche (1993), determina que diferentes modelos podem ser definidos a partir das lógicas familiares e do grau de dependência do mercado. Assim, formula quatro classificações: a) o modelo empresa, caracteriza-se por relações de produção pouco (ou não) familiares onde o apego a propriedade é menos importante, os produtores utilizam sistemas de produção intensivos assim a dependência é exercida tanto no plano tecnológico como financeiro e comercial; b) modelo empresa familiar, há uma grande importância da família, ou seja a organização do trabalho estrutura-se principalmente em torno de uma mão de obra familiar, no entanto, a produção é pensada em termo de renda agrícola e o trabalho em termos de salário; c) o modelo agricultura camponesa e de subsistência, que define-se por uma forte predominância das lógicas familiares, produzem pouco e utilizam técnicas tradicionais, o objetivo principal é satisfazer as necessidades da família; d) modelo de agricultura familiar moderna, busca por um lado a diminuição do papel da família nas relações de produção e de outro procura a maior autonomia possível.

No entanto, Lamarche (1993), chama a atenção que esta conceituação procurou mostrar modelos de referência que se verifica na agricultura familiar, mas, segundo sua pesquisa nenhum estabelecimento foi classificado em um modelo absoluto.

Visualizando esse cenário de diferentes formas produtivas Lamarche (1993), cita que independentemente dos sistemas sociopolíticos, das formações sociais ou da evolução histórica, em todos os países onde o intercâmbio de mercadorias é estabelecido pelo mercado, a produção agrícola em intensidade maior ou menor é assegurado pela agricultura familiar, no entanto, percebe-se grandes diferenças, em alguns lugares ela é a base do desenvolvimento da agricultura e em outros é arcaica e estabelecida pela subsistência e parece estar fadada ao desaparecimento.

Tendo por base dados dos países da América do Sul, Schneider (2016) verifica uma grande heterogeneidade na abrangência dos estabelecimentos da agricultura familiar e o total de estabelecimentos, o Uruguai é o país que tem o menor número de agricultores familiares, 46,9% do total de estabelecimentos do país e o Paraguai é o país que tem a maior participação chegando a 93,1% do total, no Brasil este índice está em 84,4% do total de estabelecimentos. Com relação à área ocupada pela agricultura familiar sul-americana a média por estabelecimento está em 28,9 ha, no Brasil esta média correspondente a 24,17 ha, neste sentido, do total de área ocupada no nosso país 32% corresponde a agricultura familiar.

Desse modo, Schneider (2016), em análise a presença da agricultura familiar na América Latina e Caribe, visualiza que o desenvolvimento econômico e social dessas sociedades depende do papel estratégico direcionado a este setor em cada país. Assim, a agricultura familiar tem uma importante relação com o desenvolvimento econômico e pode contribuir na manutenção da população nos espaços rurais; na diversificação das economias locais; na preservação do patrimônio sociocultural; na segurança alimentar; na melhoria das condições de vida e redução da pobreza, principalmente das áreas rurais; numa produção mais sustentável, reduzindo a utilização de agroquímicos; bem como, o interconhecimento entre produtores e consumidores que transmite uma confiança mútua e reduz os custos de transação que acaba por refletir em preços de gêneros alimentícios mais baixos.

3 METODOLOGIA

A pesquisa concentra-se em exploratória tendo como principal objetivo visualizar as condições que cerca um determinado grupo social residente no espaço rural e que são proprietários de pequenas propriedades e seu envolvimento com a mercantilização do resultado de sua produção. Os procedimentos técnicos adotados conforme destaca Gil (2010), trata-se levantamento bibliográfico e documental.

Assim, buscou-se através de levantamento bibliográfico a compreensão das diferentes abordagens sobre o desenvolvimento rural, entendendo que a adoção de políticas produtivas nem sempre se traduzem em melhoria das condições de vida do trabalhador rural. Num segundo momento, procura-se descrever as diferentes categorias que pode estar relacionado o agricultor familiar, a depender do seu envolvimento com a produção, com as técnicas produtivas e resultado alcançado.

Para uma maior aproximação das teorias estudadas optou-se pela análise dos produtores de leite da Microrregião de Toledo no Oeste do Paraná, neste sentido, a pesquisa documental apoia-se nos dados de disponibilizados pelo IPARDES, SEAB/DERAL e IBGE.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

O Estado do Paraná constitui a quarta economia estadual do Brasil e responde por 5% da população nacional. Sua economia tem forte base agroindustrial, destacando a produção de grãos como soja, milho e trigo, bem como, produtos com valor agregado a partir desta base, como cadeias de produção de óleos vegetais, laticínios e de proteína animal (IPARDES, 2017a). O Estado é composto por dez Mesorregiões, dentre estas a Mesorregião Oeste possui uma área de 22.864.702 km², correspondendo a 11,43% da área do Estado, abriga 11,58% da população, participa com 12,64% do valor adicionado bruto total a preços básicos e 18% do valor adicionado bruto a preços básicos do setor agropecuário (IPARDES, 2017b). Por sua vez, a Microrregião de Toledo faz parte da Mesorregião Oeste, é formada por 21 municípios que abrangem uma área de 8.754.994 km², correspondendo a 38,29% da área da Mesorregião.

O principal Município da Microrregião é Toledo e foi fundado em 1946 pela Maripá-Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S/A que se tornou responsável pela colonização de grande parte do Oeste paranaense. Sua base de colonização foi dada por pequenas propriedades agrícolas visando num primeiro momento à subsistência e comércio do excedente (SCHALLENBERGER; COLOGNESE, 1993).

A expansão da região se deu a partir de 1940 com o comércio de terras estimulado pelo governo do Estado, em 1950 iniciou abertura das primeiras rodovias na região impulsionando a vinda de novos imigrantes. Na década de 1960, verifica-se uma acelerada modernização agrícola e desenvolvimento agroindustrial acompanhada pela concentração urbana (GHIZZO *et al.*, 2008). A partir dessas complementaridades, nos anos 1960 grande parte das necessidades locais começam a serem atendidas pela própria estrutura e possibilitava a criação de novos municípios (ALVES *et al.*, 2013).

Conforme destaca Schallenger e Colognese (1993), o modelo de agricultura adotado pelo país determinou uma mudança significativa nas relações sociais, na cultura e na estrutura de produção agropecuária da região. Neste sentido, até a década de 1980 apenas os municípios de Assis Chateaubriand, Guaíra e Toledo tinham se tornado mais urbanos que rurais, no entanto, confirmando a acelerada expansão urbana, no ano de 2007 dos vinte e um municípios da Microrregião apenas Diamante D'Oeste, Mercedes e Santa Helena apresentavam população rural superior à urbana e na atualidade todos municípios apresentam população urbana superior a rural (IPARDES, 2017b).

Diante desse cenário, a produção leiteira sempre teve forte influência produtiva na Região, devido principalmente a sua base produtiva estruturada em pequenas propriedades. Conforme destaca SEAB/DERAL (2017), a atividade leiteira é uma das únicas presente em todo o estado, é vista em todos os municípios, tem forte apelo social, pois é desenvolvida em grande parte por mão de obra familiar e favorece a fixação do homem do campo.

Neste sentido, o Brasil foi o quinto maior produtor mundial de leite no ano de 2016 com 33,62 bilhões de litros produzidos, já o Paraná ocupou a segunda colocação entre os estados produtores com 14,1% do total produzido no país, dos doze municípios com maior produção no Brasil cinco são paranaenses (IBGE, 2018). Conforme destaca a Tabela 1, no período 1995 a 2016 o aumento da produção do

Estado foi de 383%, o rebanho de vacas leiteiras cresceu 74% e a produtividade aumentou 177%.

Tabela 1 - Relação produção de leite por vaca ordenhada no Paraná e Microrregiões

Ano		1995	2005	2016	% sobre Paraná em 2016
Paraná	Produção*	979.563	1.576.555	4.730.195	100
	Rebanho**	929.749	1.285.835	1.621.957	100
	Produtividade***	3,51	4,08	9,72	
Francisco Beltrão	Produção	89.487	222.764	564.819	11,94
	Rebanho	64.140	128.064	167.006	10,30
	Produtividade	4,65	5,79	11,27	
Toledo	Produção	269.206	394.082	501.963	10,62
	Rebanho	133.298	124.262	112.964	6,97
	Produtividade	6,73	10,57	14,81	
Ponta Grossa	Produção	160.004	303.858	495.900	10,49
	Rebanho	50.911	70.628	75.300	3,92
	Produtividade	10,47	14,34	21,95	
Guarapuava	Produção	20.875	86.877	338.421	7,16
	Rebanho	31.980	55.271	117.723	6,13
	Produtividade	2,17	5,23	9,58	
Pato Branco	Produção	88.049	135.869	320.391	6,78
	Rebanho	37.450	47.960	74.034	3,86
	Produtividade	7,83	9,44	14,42	

Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados do IPARDES (2018a; 2018b)

Nota: Produção (*) mil litros de leite, Rebanho (**) vacas ordenhadas, Produtividade (***) litros/vaca/dia

A produção das cinco principais microrregiões do Paraná somadas equivale a 47% do total de leite produzido pelo Estado, destaque para as microrregiões de Guarapuava que apresentou um aumento da produção de 1.521%, um crescimento de 268% no rebanho e 341% em produtividade, já, a microrregião de Francisco Beltrão obteve o segundo maior crescimento com 531%, 160% e 142% para produção, rebanho e produtividade respectivamente (IPARDES, 2018a; 2018b).

Destaca-se que a Microrregião de Toledo mesmo não apresentando no período analisado a mesma dinâmica em termos de aumento de produção, rebanho e produtividade de outras microrregiões produtoras de leite do Estado, a atividade continua com forte tradição, no ano de 2016 foi a segunda maior produtora em volume de leite do Paraná com 501.963 milhões de litros produzidos e também a segunda em produtividade com média de 4.440 litros/vaca (IPARDES, 2017b).

Os dados apresentados na Tabela 2 ratificam a importância da agricultura familiar na produção leiteira no Brasil, bem como, chama atenção os números apresentados para a Microrregião de Toledo onde 86,8% do total de estabelecimentos produtores de leite e 80,5% da quantidade produzida são oriundos da agricultura familiar (SOUZA, 2011).

Tabela 2 - Ranking das cinco microrregiões maiores produtoras de leite de vaca e % de estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar – 2006

Microrregiões		Número de estabelecimentos (%)	Leite produzido (%)	Quantidade produzida (mil litros)
Chapecó - SC	Agric. Familiar	93,1	89,4	598 977
	Agric.não Familiar	6,9	10,6	
Araxá-MG	Agric. Familiar	66,1	42,0	443 195
	Agric.não Familiar	33,9	58,0	
Meia Ponte – GO	Agric. Familiar	55,7	36,3	440 732
	Agric.não Familiar	44,3	63,7	
Toledo-PR	Agric. Familiar	86,8	80,5	501 963
	Agric.não Familiar	13,2	19,5	
Passo Fundo-RS	Agric. Familiar	89,7	82,4	425 088
	Agric.não Familiar	10,3	17,6	

Fonte: IPARDES (2018a, 2018b) e Souza (2011)

Mesmo com destaque na produção estadual a atividade leiteira do Oeste se mostra heterogênea, conforme classificação de Bazotti *et al.* (2012), 20,1% dos produtores utilizam alto nível tecnológico na produção, 31,4% médio e 48,5% de baixo nível, no entanto, os produtores de alto nível tecnológico são responsáveis 48,7% do total produzido, enquanto os produtores de baixo nível tecnológico respondem por apenas 17,5% da produção.

Nesta análise, verifica-se uma grande diferença entre os produtores especializados e não especializados em todas as etapas da produção leiteira na Região Oeste, em torno de 50% dos animais não apresentam raça definida, 60% dos produtores não recebem orientação técnica e não fazem suplementação alimentar aos animais, cerca de 40% dos produtores com um rendimento inferior a 50 litros/vaca/dia não realizam exames básicos de sanidade em seus animais, aliados a outros fatores determinou-se que as propriedades com baixo nível tecnológico obtiveram rendimento médio inferior a 10 litros/vaca/dia enquanto as que adotam alto nível tecnológico chegaram a média de 15 litros/vaca/dia (IPARDES, 2008).

Desse modo, o processo de especialização da agricultura do Oeste do Paraná seguiu a lógica descrita por Graziano da Silva (2004), onde a integração com o mercado passou a determinar a forma de produção. Segundo Ploeg (2006), em primeiro lugar esse processo de modernização da agricultura implicou aumentos de escala de produção no campo, em segundo lugar a absorção dessa tecnologia levou a uma intensificação produtiva que tomou o lugar das formas da intensificação voltada ao trabalho e em terceiro lugar junto a estes aumentos de escala e intensidade produtiva está o processo de mercantilização no sentido de absorção de insumos industriais.

Assim, as diferenças entre os modos de produção residem nas diferentes inter-relações entre a agricultura e mercado e no ordenamento associado ao processo de produção agrícola. Então, a forma da constituição dos recursos produtivos utilizados no campo (se produzidos na própria propriedade ou adquiridos no mercado), os resultados da auferidos da produção (se destinado a comercialização ou reprodução na própria propriedade), bem como os objetivos que se queira realizar com a produção (para subsistência da família, extração de renda ou mais-valia) aproxima o produtor rural do modo de produção camponês ou ao modo de produção capitalista. Neste sentido, para uma melhor análise Ploeg (2006),

estabelece quatro formas de produção considerando as relações estabelecidas entre as unidades de produção agrícola e os diferentes mercados conforme descrito no Quadro 1.

Quadro 1 - Diferentes formas de produção mercantil

Forma de produção de mercadoria	Produção doméstica	Pequena produção	Produção simples	Produção capitalista
Resultado da produção	não-mercadoria	mercadoria	mercadoria	Mercadoria
Outros recursos	não-mercadoria	não-mercadoria	mercadoria	Mercadoria
Força de trabalho	não-mercadoria	não-mercadoria	não-mercadoria	Mercadoria
Objetivos	Auto-abastecimento	sobrevivência	renda	Mais-valia

Fonte: Adaptado de Ploeg (2006)

Na produção doméstica, não fica demonstrado a mercantilização da agricultura, bem como, não há integração com o mercado já que o objetivo é apenas a subsistência. Na pequena produção, pelo menos parte do que se produz é comercializado, os recursos produtivos são reproduzidos no próprio estabelecimento e o objetivo é apenas sobrevivência, nesta classificação se estabelece a produção camponesa, por estarem integrados apenas parcialmente aos mercados. No modo de produção simples verifica-se uma integração maior com mercado, tanto na comercialização quanto na utilização dos fatores, resguardando a força de trabalho familiar, o objetivo da produção passa a ser obtenção de renda. Por fim, o modo capitalista de produção representa mercantilização completa, a destinação da produção é voltada ao mercado, os recursos produtivos são mercadorias e o objetivo é a extração da mais valia (PLOEG, 2006).

Neste sentido, verifica-se que a produção leiteira do Oeste do Paraná de forma geral está inserida no modo de produção simples de mercadoria, onde conforme observado o produtor rural comercializa sua produção com intermediários (empresas privadas ou cooperativas), bem como, os insumos utilizados também são adquiridos no mercado e por vezes das próprias empresas compradoras do leite. No entanto, cabe questionar se os objetivos da produção também estão inseridos de forma completa no modo de produção simples (extração de renda) ou parte das unidades de produção estão inseridas na forma mercantil de produção, mas o objetivo alcançado ainda se dá apenas pela sobrevivência.

Considerando o exposto, é significativa a diferença entre o modo de produção da agricultura familiar camponesa e o modo de produção familiar empresarial, no entanto, Ploeg (2006), chama a atenção para a importância regional em se manter a produção camponesa. Em um projeto executado na Holanda considerando o modo de produção de leite daquele país o autor construiu dois produtores, um deles denominado “produtor de baixo custo” e o outro de “alta tecnologia”, para o experimento ambos foram projetados de forma que uma pessoa pudesse realizar todo o trabalho, bem como a renda gerada pelos dois deveria ser “comparável”. Para obedecer a esses critérios o produtor de baixo custo precisaria de uma cota de 400 mil kg de leite, já o de alta tecnologia precisaria de 800 mil kg. Como resultado, o autor cita que para suprir a demanda daquele país (10,8 bilhões kg de leite) seriam necessários 13.900 produtores utilizando o estilo empresarial de escala relativamente grande, já no estilo camponês o número de produtores seria no mínimo o dobro. Nesta consideração destaca-se a importância da produção familiar na geração de emprego e distribuição de renda por toda localidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate sobre o desenvolvimento rural no Brasil não está superado, pelo contrário, questões tradicionais como pobreza rural, reforma agrária, distribuição de renda, êxodo rural, entre outras, que tinham suas relações por base o desenvolvimento agrícola e agrário somam-se a outras de igual importância, mas, com classificações pontuais, como por exemplo o desenvolvimento rural sustentável e suas relações ambientais, sociais, econômicas, institucionais e o desenvolvimento local e suas abordagens de pertencimento e valorização da localidade com a utilização das potencialidades de seus agentes e recursos naturais.

Neste contexto de discussões sobre o desenvolvimento rural, está inserido a forma de se produzir. Verifica-se muitas vezes um dualismo conceitual que põe em lados opostos a agricultura familiar empresarial e a agricultura camponesa, onde, conforme algumas teorias a segunda seria absorvida pela primeira. No entanto, conforme destaca Duval *et al.* (2016), não existe diferença entre camponeses e agricultores familiares, a não ser uma forma distorcida do termo camponês em benefício da agricultura empresarial, bem como, diferentes visões conceituais dos que querem ocultar os problemas fundiários e agrários vinculando o rural somente ao fator econômico.

Neste sentido, é reconhecido uma multiplicidade de categorias e grupos sociais que vivem no meio rural e entendê-los apenas como produtores de alimentos e matérias primas para indústria é falho, nesta consideração deve estar inserido também uma identidade social contrária à individualização, aos aspectos puramente econômicos e a degradação ambiental.

Os dados demonstram a forte tradição da agricultura familiar da microrregião de Toledo na produção de leite, constitui-se entre as regiões de maior produção no Brasil. Mesmo com este destaque, 48,5% dos produtores utilizam um baixo nível tecnológico e participam com apenas 17,5% da produção. Neste sentido, conforme as características desta produção há uma inserção dos produtores no mercado quanto a aquisição dos insumos e comercialização da produção, no entanto, questiona-se se todos estão auferindo renda de sua produção, ou seja, forma mercantil ou parte destes o resultado da produção alcança apenas a subsistência.

Salienta-se a necessidade de desenvolvimento de estudos nesta atividade que abordem as características técnicas, econômicas aliadas ao entendimento das relações sociais destes produtores, pois, ficou evidenciado que há um grande distanciamento nestas diferentes abordagens entre os produtores especializados e os produtores de subsistência. Percebendo diferentes situações pode-se apresentar análises distintas e por estas uma noção real do contexto no qual o desenvolvimento rural está inserido.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 1. ed. São Paulo: Hucitec/Edunicamp/Anpocs, 1992. 275p.

ALVES, Lucir R.; CRUZ, Lizandra B.; LIMA Jandir F. de; PIFFER Moacir. O capital social na microrregião de Toledo. **Desenvolvimento em questão**. Ijuí, ano 11, n. 22, p. 139-172, 2013.

BAZOTTI, Angelita; NAZARENO, Louise R.; SUGAMOSTO, Marisa. Caracterização socioeconômica e técnica da atividade leiteira do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n. 123, p. 213-234, 2012.

BELLEN, Hans M. V. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. 2002. 220f. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção)-Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC, Florianópolis, SC. 2002.

BOISIER, Sergio. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. **Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília, n. 13, p.111-147, 2006.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974. 342 p.

DUVAL, Henrique C.; FERRANTE, Vera L. S. B.; BERGAMASCO, Sonia M. P. P. A agricultura familiar vista sob a perspectiva da condição camponesa In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 54, 2016, Maceió. **Anais eletrônicos...** Maceió, 2016. Disponível em: <<http://icongresso.itarget.com.br/useradm/anais/?clt=ser.6&lng=P>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

FRANÇA, Caio G. de; DEL GROSSI, Mauro E.; MARQUES, Vicente P. A. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília, 2009, 96 p. Disponível em: <<https://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/agro/dwn/CensoAgropecuário.pdf>> . Acesso em: 20 jan. 2018.

GERMER, Claus. A irrelevância prática da agricultura “familiar” para o emprego agrícola. In: WORKSHOP TEÓRICO DA ECONOMIA POLÍTICA DA AGRICULTURA, 1996, Campinas. **Anais...** Campinas: UNICAMP, Instituto de Economia, 1996, p. 331-366.

GHIZZO, Marcio R.; TEIXEIRA, Jose M. C.; FANTINEL, Antonio L. A. Feira do Produtor como Estratégia de Desenvolvimento: O Caso de Toledo-PR. In: I SIMPÓSIO SOBRE PEQUENAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO LOCAL E XVII SEMANA DE GEOGRAFIA, 2008, Maringá, PR. **Anais eletrônicos...** Maringá, 2008. Disponível em: <<http://www.dge.uem.br/semana/eixo3/25.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184p.

GIORDANO, Samuel R. Gestão ambiental no sistema agroindustrial. In: ZYLBERSZTAJN, Decio; NEVES, Marcos F. (Org.). **Economia e gestão dos negócios agroalimentares**. São Paulo: Editora Pioneira, 2000. 428p.

GRAZIANO DA SILVA, Jose. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 1. ed. Campinas: UNICAMP – Instituto de Economia, 1996. 217p.

_____. **Tecnologia e agricultura familiar.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999. 238p.

_____. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: STÉDILE, João P. (Org.). **A questão agrária nos anos 90.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 163-170.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Diretoria de Pesquisas, **Coordenação de Agropecuária.** 2018. v. 44. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/84/ppm_2016_v44_br.pdf
Acesso em: 15 jan. 2018.

IPARDES, Instituto Paranaenses de Desenvolvimento Econômico e Social. 2008. **Caracterização socioeconômica da atividade leiteira do Paraná.** Disponível em: http://www.ipardes.pr.gov.br/biblioteca/docs/relatorio_atividade_leiteira_parana.pdf
>. Acesso em: 23 abr. 2019.

_____. **Paraná em números.** 2017. Disponível em: http://www.ipardes.pr.gov.br/pr_numeros/index_pr_numeros_pt.htm>. Acesso em: 10 jul. 2017(a).

_____. **Perfil da região geográfica oeste paranaense.** 2017. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=706&btOk=ok
>. Acesso em: 10 jul. 2017(b).

_____. **Efetivo do Rebanho de Vacas Ordenhadas.** 2018. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php>>. Acesso em: 12 jan. 2018(a).

_____. **Produção de Origem Animal - Leite - Quantidade Produzida (mil l).** 2018. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php>>. Acesso em: 12 jan. 2018(b).

KAGEYAMA, Angela. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO Guilherme C. (Org.). **Agricultura e políticas públicas.** Brasília: IPEA, 1990. p. 113-223. (Série IPEA, 127)

LAMARCHE, Hugues. **A agricultura familiar: comparação internacional.** Vol. I: Uma realidade multiforme. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993. 336p.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural brasileiro: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista Estudos Avançados.** São Paulo, v. 15, n. 43, p. 83-100, 2001.

PLOEG, Jan D. V. D. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, Sergio (Org.). **A diversidade da agricultura familiar.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 13-54.

PAULILLO, Luiz F. Sobre o desenvolvimento da agricultura brasileira: concepções clássicas e recentes. In: BATALHA Mario O. (Org.). **Gestão agroindustrial**. GEPAL: Grupo de estudos e pesquisa agroindustriais. São Paulo: Atlas, 1997. p. 545-570.

PORTO, Maria S. G.; SIQUEIRA, Deise E. A pequena produção no Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, n. 6, p. 76-88, 1994.

SACHS, Ignacy. Em busca de novas estratégias de desenvolvimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 9., n. 25, p. 29-63, 1995.

SCHALLENBERGER, Erneldo; COLOGNESE, Silvio A. **Migrações e Comunidades Cristãs no Sul do Brasil: o modo de ser evangélico luterano no Oeste do Paraná**. Toledo: UNIOESTE – FACITOL, 1993. 131p.

SCHNEIDER, Sergio. A presença e as potencialidades da agricultura familiar na América Latina e no Caribe. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 21, n. 3, p. 11-33, 2016.
SEAB - Departamento de Economia Rural (DERAL) da Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná (SEAB). 2017. **LEITE - Análise da Conjuntura Agropecuária Ano 2015/16**. Disponível em: http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deral/Prognosticos/2016/bovinocultura_de_leite_2016.pdf. Acesso em: 14/07/2017.

SOUZA, Raquel P. De. **Competitividade da produção de leite da agricultura familiar: os limites da exclusão**. Tese de Doutorado - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia: Campinas, 2011.

STÉDILE, João P. A questão agrária e o socialismo. In: STÉDILE João P. (Org.). **A questão agrária nos anos 90**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 163-170.

STOFFEL, Jaime A. **Construção e avaliação de indicadores de sustentabilidade para a agricultura familiar: uma análise multidimensional**. Tese de doutorado – (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE: Toledo, 2014.

VEIGA, Jose E. da. Fundamentos do agrorreformismo. In: STÉDILE João P. (Org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994. p. 322.